

**Discurso do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Carlos Lupi à 98ª
reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT
Palais des Nations - Sala das Assembléias, ONU**

Genebra – Suíça. 12 de junho de 2009

Senhor Presidente,

Permita-me cumprimentá-lo por sua eleição e sobretudo pela excelente condução que vem imprimindo aos trabalhos desta 98ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.

Senhor Secretário-Geral da Conferência,
Senhoras e Senhores Delegados,

Agradeço a oportunidade de falar nesta reunião que aproveito para comentar alguns aspectos deste momento histórico singular que o Brasil atravessa. Faço referência em primeiro lugar à crise econômica e financeira em curso, a pior desde a grande depressão de 1929 e que constitui tema central desta conferência.

O Brasil reagiu com rapidez à crise, adotando uma série de medidas rápidas e de estímulo ao aquecimento de crédito. Mas não foi apenas isso. De 2003 até hoje, conseguimos elevar o patamar do salário mínimo brasileiro acima dos 60%, garantindo desta forma um poder de compra jamais visto nas classes mais simples da sociedade brasileira. Isso significa uma injeção de dinheiro na economia nacional, o que ficou comprovado devido ao alto fluxo de empréstimos públicos e privados.

Além do mais, adotamos um discurso que virou voz corrente na população brasileira de que, empresários beneficiados com empréstimos de dinheiro público, com juros subsidiados, não poderiam demitir trabalhadores. Neste momento de crise, não podemos deixar que alguns empresários mais espertos peguem empréstimos públicos para manter sua margem de lucro em detrimento dos trabalhadores.

Sob o comando do Ministério do Trabalho e Emprego, temos dois grandes fundos, geridos de forma tripartite. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% das remunerações, é um dos principais fundos de investimento do governo federal.

Com recursos dessa fonte – algo em torno de 100 bilhões de dólares - são viabilizadas construções de casas populares com juros subsidiados. Boa parte dos recursos do Projeto Minha Casa Minha Vida, lançado recentemente pelo presidente Lula – para a construção de mais de 1 milhão de habitações populares – vem do FGTS. De setembro até hoje, somente este fundo aumentou seu investimento na casa dos 100%, chegando a um total de 25 bilhões de dólares.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), também gerido de forma tripartite e que possui um patrimônio de 70 bilhões de dólares, também direcionou boa parte de seus investimentos para a geração de emprego e renda. Destaco aqui duas grandes linhas de créditos lançadas recentemente pelo FAT. Uma linha de 50 milhões de

dólares voltada para os trabalhadores que utilizam motocicletas até 150 cilindradas para trabalhar, com juros nunca praticados antes no mercado brasileiro. A outra, uma linha de 100 milhões de dólares para empresas que operam o turismo no Brasil.

Me permito destacar alguns resultados alcançados pelo Brasil no passado recente que demonstram o compromisso do governo brasileiro em promover o emprego produtivo e o trabalho decente como elemento central das políticas públicas. O abono salarial, que consiste em um salário mínimo, em torno de duzentos e trinta dólares, será pago a mais de 16 milhões de trabalhadores neste ano de 2009. Todos que tenham trabalhado pelo menos 30 dias no anterior, e recebem até dois salários mínimos, podem sacar este benefício. Além do mais, aumentamos a parcela de 5 para 7 do seguro-desemprego – mecanismo que permite que o trabalhador demitido não fique desamparado na hora em que ele mais precisa – ou seja, quando perde o seu trabalho.

No período de 2006 até finais de 2008, o Brasil registrou uma notável expansão do emprego, que fez a taxa de desemprego no Brasil recuar de 10,0% para 7,9%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores cresceu 6,7%, passando de R\$ 1.180,83 para R\$ 1.260,24.

As ações de combate ao trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil foram intensificadas e ampliadas. Destacamos que o engajamento do setor empresarial no combate ao trabalho infantil, que tem contribuído de modo significativo para a diminuição do número de crianças e adolescentes em condições de trabalho.

Fruto de um intenso debate na Comissão Nacional pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em junho de 2008 o Presidente da República assinou decreto instituindo a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, que regulamenta os artigos 3º e 4º da Convenção 182 da OIT.

A partir de 2007 as centrais sindicais conquistaram o seu reconhecimento pela legislação do país e em mais de 90% das negociações coletivas realizadas entre 2006 e 2008 os trabalhadores conquistaram reajustes salariais iguais ou superiores aos índices de inflação.

Todas essas medidas fazem com que o Brasil, hoje, seja um dos únicos países do G-20 a gerar saldo positivo de emprego formal, com carteira de trabalho assinada. Este ano, já geramos mais de 48 mil novos empregos, e tenho a expectativa que até o final do ano, vamos gerar mais de 1 milhão de novos postos formais de trabalho e o Produto Interno Bruto brasileiro irá crescer até 2%.

Quero registrar que consideramos igualmente oportuna e relevante a discussão por esta Conferência de uma recomendação sobre os temas HIV/AIDS e da igualdade de gênero no mundo do trabalho como eixos transversais do trabalho Decente. Temos investido pesado em campanhas educativas nos locais de trabalho sobre este assunto, que já identificamos como ponto de confronto em muitos ambientes de trabalho.

Senhor Presidente, tenho a honra de informar que o Presidente Lula assinou no último dia 4 o decreto de criação do Comitê Executivo Interministerial que estará

responsável pela elaboração e implementação do Plano Nacional de Trabalho Decente com base nas prioridades estabelecidas na Agenda Nacional de Trabalho Decente lançada em 2006.

Como parte desta iniciativa, o presidente Lula assinará, na próxima segunda-feira, 15 de junho, uma Declaração Conjunta com a OIT de cooperação para a implementação do Plano Nacional de Trabalho Decente.

Na oportunidade O Ministério do Trabalho e Emprego, junto com os representantes de trabalhadores e de empregadores, também reafirmarão o seu compromisso com o fortalecimento e aprofundamento do diálogo social neste tema.

Na condição de país membro da OIT desde a sua fundação, em 1919, para nós é motivo de grande alegria comemorar este ano o aniversário de 90 anos de existência da OIT. Aproveito para destacar o papel renovado que passa a ter esta instituição, tendo em vista os princípios e orientações consagrados na Declaração Sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa adotada na conferência de 2008.

Neste contexto destacamos como muito oportuno o reconhecimento expresso na declaração da Cúpula do G20, de Londres de abril de 2009, em relação à “dimensão humana da crise”.

Naquela oportunidade os chefes de estado dos países do G20 se comprometeram a “apoiar o emprego estimulando o crescimento, o investimento em educação e formação, e mediante foco nas políticas do mercado do trabalho, alcançar as populações mais atingidas e vulneráveis”.

Creio que nestas condições está lançado o desafio a todos nós constituintes da OIT, de garantir que o compromisso do G20 possa se refletir em ação concreta, a ser realizada no campo da proposta do Pacto Mundial pelo Emprego.

Muito obrigado por vossa atenção.